



UM PANORAMA DAS PESQUISAS BRASILEIRAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA: A CONSTITUIÇÃO E ATUAÇÃO DO GT13 DA SBEM

AN OVERVIEW OF BRAZILIAN RESEARCH ON INCLUSIVE MATHEMATICS EDUCATION: THE CONSTITUTION AND PERFORMANCE OF SBEM'S GT13

Clélia Maria Ignatius Nogueira¹
Fernanda Malinosky Coelho da Rosa²
Agnaldo da Conceição Esquinca³
Fábio Alexandre Borges⁴
Claudia Segadas-Vianna⁵

Resumo

Com o presente texto, objetiva-se apresentar o número temático intitulado “Diferença, Inclusão e Diversidade”, publicado pela Educação Matemática em Revista, da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, em parceria com o Grupo de Trabalho intitulado “Diferença, Inclusão e Educação Matemática”, o GT13. Paralelamente, traça-se um panorama da constituição do campo de investigações brasileiras acerca da Educação Matemática Inclusiva, que culmina na criação do Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva, como um reflexo da atuação do referido GT. O artigo segue trazendo algumas conceituações teóricas que embasam as pesquisas do grupo na contemporaneidade. Conclui-se, ao final, que há um aumento quantitativo no número de pesquisadores interessados pela temática, bem como uma ampliação acerca dos campos de pesquisa, principalmente no que diz respeito aos sujeitos investigados, passando de uma visão mais restrita ao público da Educação Especial, para outra, mais abrangente, inclusiva, para além da diferença pautada apenas pelas deficiências.

Palavras-chave: Inclusão. Diferença. Diversidade. Educação Especial.

Abstract

The aim of this paper is to present the thematic issue entitled “Difference, Inclusion and Diversity”, published by the Mathematics Education Journal of the Brazilian Society of Mathematics Education, in partnership with the working group entitled “Difference, Inclusion and Mathematics Education”, the GT13. At the same time, an overview of the constitution of

¹ Doutora em Educação; Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/Unioeste, Cascavel, Paraná, Brasil e Universidade Estadual do Paraná/Unespar, Campo Mourão, Paraná, Brasil. E-mail: voclelia@gmail.com

² Doutora em Educação Matemática; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: fernanda.malinosky@ufms.br

³ Doutor em Educação Matemática; Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: agnaldo@im.ufrj.br

⁴ Doutor em Educação para a Ciência e a Matemática; Universidade Estadual do Paraná/Unespar, Campo Mourão, Paraná, Brasil. E-mail: fabiorborges.mga@hotmail.com

⁵ Doutora em Educação Matemática; Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: claudia@im.ufrj.br

the field of Brazilian research on Inclusive Mathematics Education is drawn, which culminates in the creation of the National Meeting of Inclusive Mathematics Education, as a reflection of this working group activities. The article also brings some theoretical conceptualizations that support the group's research in contemporary times. Finally, it is concluded that there is a quantitative increase in the number of researchers interested in the subject, as well as a broadening of the research fields, especially in regard to the themes investigated, moving from a more restricted view to the public of Special Education, to another, more comprehensive and inclusive, apart from the difference based only on disabilities.

Keywords: Inclusion. Difference. Diversity. Special Education.

Introdução

É com muita satisfação e orgulho que abrimos esta edição da Educação Matemática em Revista (EMR), com artigos voltados exclusivamente à Educação Matemática Inclusiva. O fato de ser publicado um número com esta temática, num dos periódicos mais antigos e conceituados em nossa área de pesquisa, mostra a relevância do tema na atualidade, comprovada com a criação em 2013 do Grupo de Trabalho Diferença, Inclusão e Educação Matemática da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) – o GT13. E foi o trabalho do GT13 que culminou na publicação desta edição, através da sua organização e avaliação dos artigos submetidos. Como alternativa de apresentação do presente número, optamos por propiciar uma breve visão da Matemática Inclusiva nos cenários nacional e internacional, bem como mostrar como foi o processo que culminou com a publicação da revista.

Educação Inclusiva

A perspectiva inclusiva foi introduzida no cenário mundial das discussões educacionais após a realização da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em 1990, na cidade de Jomtien na Tailândia, e consolidada no que se refere à Educação Especial, com a Declaração de Salamanca, documento oficial da Conferência Mundial sobre Educação Especial realizada em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha. A Educação Inclusiva tem como pressuposto a garantia do acesso a tudo que a escola oferece a qualquer estudante, em qualquer momento de sua escolarização. Dito de outra forma, o ideário inclusivo se assenta no discurso de uma educação que se pretende para todos, no direito de todos aprenderem juntos, sem discriminação. Nesse sentido, as crianças com deficiência, que

já haviam adquirido o status de “pessoas”, passam a fazer parte do “todos” e, conseqüentemente, do universo da escola inclusiva.

Apesar desse pressuposto essencial, a maioria das pessoas, envolvidas ou não com a educação, acreditam que a Educação Inclusiva se destina à clientela da Educação Especial, porque nela, as dificuldades de acesso ao que a escola oferece ficam explícitas. Mais ainda, a entrada dos educandos da Educação Especial nas escolas regulares comuns constituiu-se na principal ação efetiva que demonstrava a implantação da Educação Inclusiva. Ao se identificar, então, a Educação Especial numa perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008), passou a ser necessário ratificar a intenção inicial de uma Educação para Todos, mudando a terminologia para Educação na Diversidade, de significado muito mais amplo, uma vez que diversidade diz respeito à variedade, à convivência das diferenças, seja de ideias, de características, de elementos, de cultura, de pessoas etc.

A Educação Especial é apresentada na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 1996/atualizada, como modalidade escolar que atende, preferencialmente na rede regular de ensino, “[...] educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p.5). Isto significa que esses alunos possuem garantia legal de atendimento. A Educação Inclusiva e Educação para e na diversidade não possuem status de modalidade escolar, constituindo-se muito mais em perspectivas, orientações, filosofia transversais a todos os ambientes, modalidades, discussões escolares. A Política Nacional de Educação Especial de 2008 (PNEE 2008) deixa isso claro, ao estabelecer que a Educação Especial no Brasil é considerada na perspectiva inclusiva (BRASIL, 2008).

O entendimento de quem são as pessoas com deficiência na PNEE/2008 (BRASIL, 2008) segue o estabelecido no Decreto 6949 de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), que referenda a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, a saber: pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Com a Educação Especial considerada na perspectiva inclusiva, entre 2008 e 2018 o número de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares comuns aumentou 271%, segundo o Censo Escolar de 2018 (INEP, 2018), que aponta também que 83,61% das crianças e adolescentes com deficiência estão em classes comuns. Esta realidade tem inquietado a comunidade escolar, que não se sente preparada para atender às necessidades educacionais de todos os alunos.

O GT 13

Buscando respostas para essas inquietações dos professores, estão sendo realizadas pesquisas em diversas áreas. Dentre esses pesquisadores, destacam-se aqueles da área da Educação Matemática, sendo que uma das razões para isso possivelmente seja a dificuldade de se ensinar esta disciplina para qualquer estudante. Este grupo de pesquisadores tem por objetivo o desenvolvimento de uma Educação Matemática “para todos”, na qual as particularidades associadas às práticas matemáticas dos diferentes aprendizes são valorizadas, e entendidas, ao invés de serem esquecidas, ignoradas ou até mesmo consideradas ilegítimas. Em outras palavras, entende-se a importância de valorizar a contribuição ativa de todos os estudantes, de acordo com suas potencialidades. Pesquisas realizadas pelo grupo vêm crescendo, sendo produzidas de forma consistente e com relevante cunho social. Uma das demonstrações mais relevantes deste crescimento quantitativo e qualitativo foi a constituição do Grupo de Trabalho Diferença, Inclusão e Educação Matemática da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), o aqui já mencionado GT13, por meio do Ato da Diretoria da SBEM em 13 de outubro de 2013.

No grupo desenvolvem-se pesquisas que buscam caminhos para uma cultura educacional que respeite a diversidade de aprendizes presentes nos diferentes contextos educacionais, formal e não-formal. Além disso, visam-se abordar estudos que contribuam com a estruturação de uma Educação Matemática que favoreça uma compreensão profunda dos processos de ensino e de aprendizagem, focando questões teóricas, metodológicas, pedagógicas e epistemológicas.

As preocupações deste GT incluem a discussão da adequação das práticas escolares, políticas educacionais, formação de professores, desempenho acadêmico e experiência com a Matemática fora do contexto escolar de pessoas historicamente marginalizadas, em particular pessoas: com surdez, cegueira, síndrome de Down, autismo, e diversas outras condições, temporárias ou permanentes, dentre as quais:

- ✓ Com superdotação/altas habilidades;
- ✓ Com dificuldades específicas de aprendizagem de matemática;
- ✓ Idosas;
- ✓ Em situação de risco ou vulnerabilidade social;
- ✓ Incluídos por ações afirmativas;
- ✓ Pertencentes a grupos étnicos minoritários e historicamente excluídos;

- ✓ Moradores das zonas rurais;
- ✓ Da Educação de Jovens e Adultos etc.

Como já mencionado, a aprovação pela SBEM deste GT se deu em função da constatação de que um novo eixo de pesquisas havia se estruturado no âmbito da Educação Matemática e, para isso, o grupo proponente apresentou dados como a criação do subeixo Inclusão e Educação Matemática no XI Encontro Nacional de Educação Matemática (XI ENEM), em Curitiba/PR, e o novo grupo de discussão do Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática (EBRAPEM) – Educação Matemática e Inclusão – que reuniu pós-graduandos desta área pela primeira vez em 2012.

Foi também destacada, para a criação do GT13, a publicação do primeiro número especial da Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (RIPEM) da SBEM, em 2014. Esta edição apresentou uma coleção de artigos abordando as práticas matemáticas de aprendizes com limitações sensoriais, cognitivas ou físicas. As participações, com apresentação de trabalhos de pesquisadores da área em eventos internacionais, como Congressos Internacionais de Educação Matemática (ICME11 na Cidade do México e ICME 12 em Seul) também contribuíram fortemente para a criação do GT13.

Com a constituição do GT13 como agregador desses pesquisadores, as pesquisas se intensificaram. Uma demonstração disso é que, quando foi organizada a sua primeira reunião durante a realização do VI SIPEM - Simpósio Internacional de Pesquisas em Educação Matemática em Pirenópolis/Goiás, foram aprovados para apresentação e discussão 14 trabalhos, dentre os 19 submetidos. No SIPEM seguinte, realizado na cidade de Foz do Iguaçu em 2018, foram aprovados 25 trabalhos, constituindo-se no segundo maior número de pesquisas aprovadas para aquele SIPEM, ficando aquém somente do GT7 - Grupo de Trabalho Formação de Professores que Ensinam Matemática, GT que agrega o maior número de pesquisadores da SBEM, por abranger, além de a formação de licenciados em Matemática, a de professores polivalentes, como os licenciados em Pedagogia.

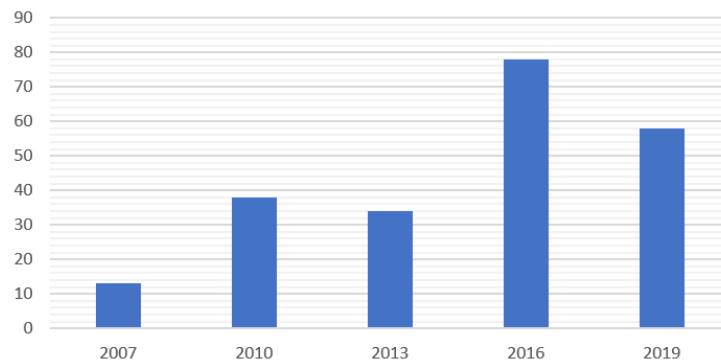
Neste SIPEM de Pirenópolis, foi proposta e aprovada a organização, pelo GT13, de seu primeiro número temático organizado pelos membros e publicado em um periódico científico como forma de celebrar e fomentar a criação do grupo. Com isso, foi publicado, em 2016, pela Revista Paranaense de Educação Matemática o número 8, volume 5, intitulado Educação Matemática Inclusiva, sendo que a organização daquela publicação ficou a cargo dos professores Fábio Alexandre Borges e Clélia Maria Ignatius Nogueira. A publicação resultou em 9 (nove) artigos científicos e 4 (quatro) relatos de experiência.

Ainda que a premissa desse primeiro número temático organizado pelo GT13 foi pensar em uma inclusão para TODOS os sujeitos, independentemente de quaisquer condições sociais, físicas, culturais etc., notou-se, naquela oportunidade, uma maior concentração em aspectos relacionados ao ensino e a aprendizagem de estudantes com deficiência, o que esteve presente em 9 (nove) dos textos publicados, sendo: três sobre cegueira/baixa visão, cinco sobre surdez e um abordando ambos os aspectos (surdez e cegueira). Além desses, um texto abordou o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, um a Síndrome de Asperger, um a formação de professores para a educação inclusiva e outro relacionado à educação do/no campo. Ao olharmos para as regiões de onde os autores dos trabalhos publicados realizaram as pesquisas, notamos que tivemos trabalhos de 9 (nove) Estados diferentes, pertencentes a quatro das cinco grandes regiões brasileiras: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Outro indicativo do crescimento das pesquisas na área foi a publicação, por iniciativa de seus editores, de um número temático da revista *Perspectivas em Educação Matemática* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em dezembro de 2018, para o qual foram submetidos 38 trabalhos, dos quais 21 foram aprovados.

Em relação ao Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), a partir de 2007 o aumento do número de trabalhos sobre Educação Matemática Inclusiva se deu de forma significativa, como se pode observar na Fig.1. Embora em 2019 o número de trabalhos aprovados no subeixo intitulado “Práticas em Educação Matemática Inclusiva” seja menor do que em 2016, o número de submissões foi de 86, mobilizando 43 pareceristas de onze estados brasileiros e um de Moçambique. Desses 86 trabalhos, 46 eram comunicações científicas, 19 relatos de experiências, 11 pôsteres e 10 minicursos.

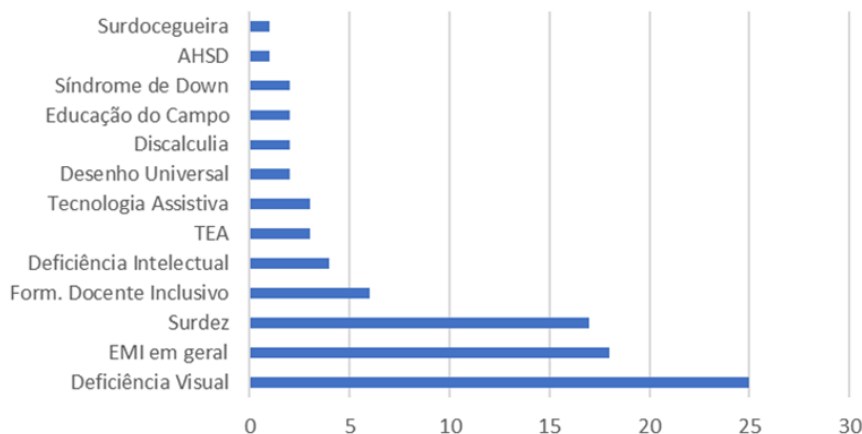
Figura 1: Números de trabalhos sobre Educação Matemática Inclusiva nos anais dos ENEM realizados entre 2007 e 2019



Fonte: os autores.

Ainda em relação ao ENEM de 2019, considerando-se apenas a origem/região dos primeiros autores dos trabalhos, pesquisadores de 19 estados brasileiros encaminharam trabalhos, sendo 35 trabalhos originários da região Sudeste, 19 da região Centro-Oeste, 14 da região Norte, 14 da região Nordeste e 4 da região Sul. Destacam-se os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, com 17 e 9 submissões, respectivamente. Ao todo foram um pouco mais de 100 pesquisadores envolvidos com a produção desses trabalhos, indicando um interesse emergente pela área. A Figura 2 apresenta a frequência dos trabalhos submetidos por tema de interesse.

Figura 2: Número de trabalhos por tema.



Fonte: os autores.

Como se pode observar na Figura 2, o tema mais recorrente nos trabalhos submetidos ao ENEM de 2019 foi a deficiência visual, seguido do que chamamos de “EMI em geral”, que se refere a discussões sobre a importância da Educação Matemática Inclusiva de idosos, quilombolas, indígenas, mulheres e de jovens e adultos, dentre outros grupos socialmente

marginalizados. Nota-se, ainda, o baixo número de trabalhos acerca da temática altas habilidades/ superdotação e surdocegueira, sugerindo lacunas de pesquisa na área.

Na reunião oficial do GT13 durante o ENEM de 2019, foi constatada, todavia, uma grande lacuna nas ações deste grupo, a saber, a praticamente inexistência de discussões nos Fóruns Estaduais de Licenciatura em Matemática sobre a formação de professores para a Educação Inclusiva, pois, somente o Estado do Paraná, dentre os estados que realizam fóruns estaduais, possuem um GD específico voltado para essa temática.

Foi aprovada, também nesta reunião, a realização do I Encontro Nacional de Educação Matemática Inclusiva, evento realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, que contou com 200 inscritos, dos quais 180 efetivamente participaram do evento, além de 28 convidados/palestrantes. Para esse evento, foram submetidos 76 trabalhos, todos aprovados a fim de promover o compartilhamento e discussão de pesquisas desenvolvidas por e com pesquisadores de todo país. Os trabalhos foram provenientes de 13 diferentes estados, sendo cinco da região Nordeste, dois da região Norte, quatro da região Centro-Oeste, 14 da região Sul e 51 da região Sudeste.

Os dados elencados anteriormente já apontam para a robustez das investigações realizadas no âmbito do GT13, na temática que se consolidou com a denominação de Educação Matemática Inclusiva. Entretanto, nós, do GT13, não a utilizamos no título de nosso GT, por considerar que os pressupostos da Educação Matemática e da Educação Inclusiva são os mesmos, a saber, TODOS podem aprender Matemática, de maneira que a denominação poderia ser considerada pleonasma. Entretanto, ambas, a Educação Matemática e a Educação Inclusiva ainda carecem de serem consolidadas no “chão da escola”, de maneira que ações afirmativas, que as reforcem e as coloquem em destaque ainda são necessárias e, assim, por Educação Matemática Inclusiva, abarcamos todas as ações que buscam caminhos para uma cultura educacional que respeite a diversidade de aprendizes presente nos diferentes contextos educacionais, formal e não-formal.

Desta forma, como mais uma ação afirmativa nessa direção, apresentamos o número especial da Educação Matemática em Revista, número este idealizado durante a realização do VII SIPEM/2019 em Foz do Iguaçu.

Em março de 2019 foi realizada a chamada para o volume especial sobre “Diferença, Inclusão e Diversidade” da Educação Matemática em Revista (EMR) da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). A proposta era apresentar, neste volume, pesquisas que vêm sendo realizadas dentro e fora do país e que abordem as práticas escolares e culturais, políticas educacionais, inovações tecnológicas, em particular tecnologias assistivas, formação

de professores e/ou desempenho acadêmico de pessoas historicamente marginalizadas, em particular pessoas com deficiências ou/e transtornos; com superdotação/altas habilidades; com dificuldades específicas de aprendizagem de matemática e em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, buscávamos estudos que discutissem também uma cultura educacional que respeite a diversidade de aprendizes presente nos diferentes contextos educacionais, dentro e fora do ambiente escolar. A chamada ficou aberta por pouco mais de dois meses e nesse período recebemos 66 artigos das cinco regiões brasileiras, a saber: foram 24 artigos da região Sudeste, 21 da região Sul, 8 artigos da região Norte, o mesmo número de trabalhos da região Nordeste e 5 da região Centro-Oeste. Deste modo, tivemos 148 autores/coautores, sendo os trabalhos oriundos de 17 diferentes estados, a saber: 9 do Paraná, 9 de São Paulo, 9 do Rio de Janeiro, 7 do Rio Grande do Sul, 6 de Minas Gerais, 5 do Pará, 4 da Bahia, 4 de Santa Catarina, 3 de Mato Grosso do Sul, 2 do Alagoas, 2 de Tocantins e um de cada um dos seguintes estados: Acre, Distrito Federal, Sergipe, Pernambuco, Goiás e Espírito Santo. Além disso, recebemos dois artigos em espanhol de pesquisadores da Colômbia e do México.

O número temático inicia com a versão em português do artigo *Inclusions, meetings and landscapes* do ilustre educador matemático Ole Skovsmose (2019), especialmente convidado pelos organizadores. O professor Ole possui doutorado em Educação Matemática pela Royal Danish School of Education Studies (Dinamarca), orienta pesquisas de doutorado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Rio Claro, no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEM), e desenvolve pesquisas em Educação Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: Matemática em Ação, Educação Matemática Crítica, Racionalidade Crítica.

Além disso, respondendo a uma temática mais abrangente, conforme o conceito de inclusão recomenda, recebemos quatro artigos sobre a formação inclusiva de professores, dois sobre Educação do Campo, dois sobre classes hospitalares, dois sobre Educação de Jovens e Adultos, dois sobre pessoas idosas, um sobre alunos em vulnerabilidade social e nove sobre outros temas ligados a Educação Matemática Inclusiva. Dentre estes, 12 foram aprovados e iniciam a edição temática.

No que diz respeito à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, foram 15 artigos sobre surdez, 11 sobre deficiência visual, oito sobre o Transtorno do Espectro Autista, quatro sobre altas habilidades/superdotação, três sobre deficiência intelectual, dois sobre estudantes com necessidades educacionais especiais e um sobre surdocegueira. Ao todo,

envolvemos aproximadamente 70 pesquisadores de todas as regiões brasileiras como pareceristas dos artigos recebidos. Dentre estes, 26 foram aprovados e terminam de compor a edição temática. Por fim, o trabalho de avaliação por pares durou quase sete meses, resultando na aprovação dos 38 artigos publicados neste volume especial da EMR.

Ainda, é importante ressaltar que a capa foi desenhada pela educadora Clélia Maria Ignatius Nogueira, coordenadora do GT13 e uma das autoras deste artigo. A ilustração nela inserida apresenta figuras geométricas de hexágonos contidos um no outro, que por meio de suas faces representam os nossos “eus”: social, cultural, profissional, familiar etc, a qual as cores do arco íris representam a diferença e as bordas não estão definidas, pois ninguém pertence a um grupo socialmente definido.

Ao olharmos para os dois números temáticos já organizados pelo GT13 e aqui relatados, o da Revista Paranaense de Educação Matemática e o da EMR, alguns dados merecem destaque. Esse olhar se torna importante, no sentido de identificarmos possíveis mudanças nos rumos das pesquisas brasileiras em Educação Matemática Inclusiva. Primeiramente, é inegável o aumento no número de interessados e pesquisadores envolvidos com a temática da Inclusão e sua relação com o ensino e aprendizagem de Matemática. Para além do simples aumento, notou-se uma maior distribuição dentro do nosso país, sendo que, antes, foram 9 (nove) Estados representados, passando para 16 (dezesesseis), e nesse caso (do número que aqui apresentamos) de todas as regiões brasileiras. O fato de termos recebido também submissões de outros países denota um respeito e visibilidade pelas investigações brasileiras em Educação Matemática Inclusiva.

No que diz respeito às temáticas e aos sujeitos objeto de investigação dos trabalhos apresentados no presente número temático, da EMR, há que se destacar uma mudança significativa na diversificação de possibilidades de pesquisas. Os sujeitos investigados nos textos se aproximaram bem mais do ideal de inclusão para TODOS, para além daqueles com deficiências, mas qualquer sujeito, no sentido de que devemos “[...] rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar” (RODRIGUES, 2006, p. 2).

Tivemos trabalhos que objetivam, por si só, trazer reflexões acerca da inclusão de maneira mais ampla (quatro textos), sem enfoque específico em um determinado tipo de estudante. Timidamente, é verdade, começamos a falar da importância de se pensar nas formações docentes numa perspectiva inclusiva. A surdez continua sendo enfocada por um número representativo de pesquisadores (em sete textos), assim como a deficiência visual/cegueira (em seis textos). O autismo, ao contrário do primeiro número temático,

ganhou maior destaque, sendo abordado aqui por quatro textos. Porém, diferentemente do primeiro número temático organizado pelo GT13, notamos aqui um “mosaico” de possibilidades, com textos agora pensando na diversidade e diferenças para além das deficiências, mas em termos culturais, de contextos regionais etc. Nesse sentido, fomos agraciados com discussões acerca de aspectos como: as pessoas idosas, a intolerância, pessoas em situação de vulnerabilidade social, as questões dos habitantes das zonas rurais, as mulheres, a Educação de Jovens e Adultos, o espaço/serviço de Atendimento Educacional Especializado, os estudantes em atividades em classes hospitalares, a Discalculia, a Surdocegueira, a deficiência intelectual e o distúrbio do déficit de atenção.

Considerações Finais

Iniciamos com a apresentação acerca das discussões sobre Matemática Inclusiva internacionalmente, passando a seguir para o cenário nacional, em que demos destaque à formação do GT 13, até chegarmos localmente à constituição deste número temático. Observamos, neste breve balanço de construção e desenvolvimento da área, um crescente interesse dos professores da Educação Básica e do Ensino Superior na temática da Educação Especial e Inclusiva, desenvolvimento este que se reflete no número de artigos apresentados a esta revista, em que o conceito de inclusão se torna mais abrangente, dando margem à participação de outros grupos da sociedade.

Pensar em uma sociedade inclusiva significa respeitar diferenças entre indivíduos, o que justifica o uso explícito do termo Diferença no título desta edição. Desejamos que a leitura e discussões apresentadas nos artigos que a constituem sejam inspiradoras, bem como tragam reflexões que enriqueçam nosso trabalho, como educadores, para uma Educação Matemática Inclusiva.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2/2001 de 11 de setembro de 2001**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política**

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 08 dez. 2019.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2018.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Censo+Escolar+da+educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2018+Caderno+de+Instru%C3%A7%C3%B5es/be4e0801-5181-4364-934d-bcaff5ce85ea?version=1.2>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva.** São Paulo: Summus Editorial, 2006.

SKOVSMOSE, O. Inclusions, meetings and landscapes. In: KOLLOSCHE, D.; MARCONE, R.; KNIGGE, M.; PENTEADO, M. G.; SKOVSMOSE, O. (Org.) **Inclusive mathematics education: State-of-the-art research from Brazil and Germany.** Cham, Switzerland: Springer, 2019. p. 71-84.